

(parentes e escravos) e que permitiram agregar mais gente, isto é, mais riqueza e mais poder. Por isso, a sua penetração na África a partir do século xv estimulou uma economia concebida em termos de relações interpessoais, dirigindo-a no sentido da produção de pessoas.

Ou seja, para se entender cabalmente a razão pela qual de um lado e de outro do Atlântico quase todos os envolvidos ganharam com o tráfico — excepto, claro está, os escravos — é necessário pensar simultaneamente duas economias políticas de características incompatíveis e encontrar, nas conversões de uma para a outra, o significado da sua conexão, as razões que levaram à tomada de certas decisões por parte dos agentes históricos, tanto ocidentais como africanos. Muita da história do tráfico transatlântico decorre precisamente da interacção das economias africanas com uma economia atlântica baseada na riqueza material e da mistura volátil do diferente valor de pessoas e artefactos em cada uma delas. Ora, tudo isso está ausente do livro de Walvin. Mais do que dar a conhecer o vasto conjunto de estudos publicados nos últimos trinta anos, o autor terá procurado, sobretudo, representar colectivamente os africanos como vítimas de um sistema de exploração e desumanidade único na história do mundo. Daí uma visão do tráfico transatlântico de escravos algo unilateral, algo emocional, próxima da que os abolicionistas dos séculos XIX e XX tinham do problema. O que é pena.

*Miriam Halpern Pereira, Diversidade e Assimetrias: Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001, 222 páginas.

Este livro reúne um conjunto de cinco ensaios, alguns inéditos, outros já anteriormente publicados, escritos em diversos momentos do percurso intelectual da autora ao longo dos últimos trinta anos. Não se trata, por conseguinte, de um livro inteiramente novo. Todavia, como é próprio de colectâneas antológicas deste tipo, traz a novidade e a vantagem de proporcionar uma releitura enquadrada de alguns dos temas que têm constituído a sua agenda de investigação desde a 1.<sup>a</sup> edição do célebre *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico: Portugal na Segunda Metade do Século XIX* (Lisboa, Cosmos, 1971), um estudo que desempenhou um papel assinalável na renovação temática e metodológica da historiografia contemporânea portuguesa.

O título central do livro agora publicado — *Diversidade e Assimetrias* — remete para uma das temáticas mais constantes da obra de Miriam Halpern Pereira, ou seja, a análise dos factores que determinaram e das circunstâncias que ditaram o processo de desenvolvimento da economia e sociedade portuguesas nos séculos XIX e XX.

Dois dos ensaios reunidos valem pela natureza já *clássica* das teses expostas. Mas fica no ar a questão: porquê reeditá-los, sobretudo quando a própria autora confessa algum in-

cómodo com a linguagem noutra tempo utilizada? Apenas para permitir acesso a textos esgotados, todavia facilmente consultáveis em bibliotecas? Apenas para legitimar opções interpretativas que na generalidade se consideram ainda válidas? Por que não prolongar essa pertinência através de novos estudos que desenvolvam e enriqueçam argumentos antigos (como, aliás, é feito em dois dos outros ensaios que integram esta colectânea)?

«Assimetrias de crescimento e dependência externa» é um desses textos *clássicos*, pela primeira vez publicado em 1974, numa conjuntura explosiva que ajuda a compreender o vocabulário marcadamente ideológico do seu intróito, entretanto podado. Muito resumidamente, vejamos quais são as ideias-chave presentes nesse texto.

Na segunda e longa metade do século XIX (1847-1914), uma vez abolidos os alicerces da sociedade de antigo regime, o desenvolvimento capitalista em Portugal foi dinamizado pela agricultura e pelo comércio externo. Num ambiente favorecido pelo predomínio da ideologia e da política económica liberal e livre-cambista, o modelo adoptado originou fortes assimetrias e distorções, pelo facto de o país não ter podido industrializar-se. Incapaz de enfrentar a concorrência estrangeira, sobretudo a britânica, a incipiente indústria portuguesa não logrou beneficiar dos projectos de fomento ensaiados, mesmo quando a crise do comércio externo no final do século XIX poderia aconselhar tal es-

tímulo e justificar um surto industrializador. A solução encontrada foi a intensificação do mercado colonial. Mais tarde (1940-1970), quando surgem novas possibilidades de efectiva industrialização (mesmo que se tratasse, nas palavras da autora, de uma «industrialização sem reforma agrária»), são ainda as condições impostas pela divisão internacional do trabalho que vão ditar a fragilidade de um modelo de desenvolvimento que, entre outras falhas, não pôde contar com a formação de um mercado interno capacitado para absorver o crescimento da produção industrial. Assim, conclui a autora: «Desigualdade social, dependência externa, exploração colonial e aparelho político antidemocrático constituem fenómenos que se encadeiam no processo do subdesenvolvimento de Portugal» (p. 137).

O segundo dos *clássicos* ensaios (inicialmente publicado em 1981) é dedicado ao tema da emigração e respectiva política, considerando Miriam Halpern Pereira que a emigração desempenhou um papel crucial enquanto factor de consolidação do desenvolvimento assimétrico antes esboçado. Ou seja, a emigração permitiu escoar o excesso de população campesina que o incipiente ritmo de industrialização não podia absorver. Assim, também se transformou num factor que agravou as dificuldades de industrialização e aumentou o grau de dependência externa de Portugal. Esta tese é bem fundamentada e documentada através de uma análise do funcionamento das redes de recrutamento, transporte e contratação de emigrantes

e de uma abordagem económica e sociológica do papel dos mitos da fortuna e do retorno na determinação dos fluxos de remessas.

Não obstante a validade e pertinência interpretativas que as teses expostas nestes dois ensaios ainda hoje possam ter, não podem, porém, deixar de ser avaliadas e discutidas à luz dos desenvolvimentos que têm sido proporcionados pela moderna historiografia portuguesa. É isso que torna estes *clássicos* textos irremediavelmente *datados* e que, integrados como meros e sequenciais capítulos de um livro, poderão levar um leitor apressado a considerar que se trata de textos irremediavelmente desactualizados. Ou seja: a eventual actualidade interpretativa dos pontos de vista expressos corre o risco de ser entendida no sentido exactamente contrário ao que se desejaria.

E o risco seria facilmente minorado com algum trabalho editorial suplementar que ajudasse a enquadrar o lugar e o tempo desses ensaios inicialmente publicados há mais de vinte anos. Tanto mais que é a própria autora quem demonstra, neste mesmo livro, a sua capacidade e interesse em prolongar e aprofundar uma discussão que necessariamente obriga quer à revisão de ideias em que se deixa de acreditar, quer à incorporação das inovações interpretativas proporcionadas por outros historiadores que se têm dedicado ao mesmo período. Jorge Pedreira, Nuno Madureira, Jorge Alves, Magda Pinheiro, Pedro Lains e Jaime Reis, entre outros, são alguns dos autores

cujas análises são prosseguidas ou questionadas, com os quais Miriam Halpern Pereira trava diálogos abertos ou implícitos que demonstram que o ofício do historiador também é um exercício de partilha de conhecimentos. Neste caso, um exercício aplicado ao estudo dos factores que ajudam a explicar ritmos, atrasos, bloqueios, assimetrias ou divergências no processo de desenvolvimento económico em Portugal nos últimos cento e cinquenta anos.

Assim se compreende e valoriza o interesse do ensaio de abertura deste livro, com o título «Diversidade e crescimento industrial». Miriam Halpern Pereira procede aqui à demonstração, apoiada numa análise do Inquérito Industrial de 1881 e documentação conexas, de como se verificou ao longo do século XIX português um «desenvolvimento industrial sem revolução industrial» (p. 22). Ou seja, assistiu-se à coexistência pacífica de diversas formas de organização produtiva (trabalho manual, pequenas oficinas, trabalho a domicílio, produção fabril) a que também corresponderam modos articulados de funcionamento do mercado. O estudo centra-se no sector da produção têxtil (indústria algodoeira da região do Porto e indústria de lanifícios da região da Covilhã) e procura demonstrar o carácter excepcional dos processos de modernização assentes na mecanização ou na utilização generalizada de energia hidráulica. A natureza trabalho-intensiva da generalidade do sector industrial, a ausência de uma política de encorajamento e in-

centivo no plano financeiro, a atracção pelas práticas de «ruralização da indústria», ajudam a explicar os fenómenos de diversidade e de complementaridade característicos do frágil tecido industrial de Portugal de Oitocentos.

Outro novo ensaio reunido neste livro intitula-se «Portugal entre dois impérios» e constitui o texto de redacção mais próxima do momento actual (1999). Aqui são retomados os clássicos temas tão do agrado de Miriam Halpern Pereira para explicar os factores condicionantes do desenvolvimento económico português no século XIX, tendo o sector agrícola como eixo de limitada modernização: a dependência externa e o papel decisivo do mercado colonial. Desta vez, todavia, a revisitação destas problemáticas prossegue com a incorporação crítica de outros contributos historiográficos que conduzem a autora a falar, por exemplo, do lento impacto do processo de modernização dos sistemas de transporte, da ausência de formas activas de associação e de outras vias institucionais de representação de interesses dos grupos económicos e sociais, dos baixos níveis de produtividade motivados por níveis insuficientes de formação técnica e por baixas condições de nível de vida ou ainda da inoperância do enquadramento institucional proporcionado pelo Estado liberal.

Nas referências que faz ao modo como a dependência externa ditou o carácter assimétrico do desenvolvimento económico português transparece uma visão crítica acerca do

papel da ideologia livre-cambista prevaiente em grande parte da segunda metade do século XIX. Por isso, a coerência dos argumentos apresentados por Miriam Halpern Pereira ganha um fôlego muito especial no ensaio que completa esta colectânea, o qual é dedicado à figura de Oliveira Martins. A obra do autor do *Portugal Contemporâneo* é aqui sobretudo apreciada nas suas implicações em matéria de política económica. A oposição de Oliveira Martins aos fundamentos doutrinários da economia política liberal (individualismo económico e *laissez faire*), os apelos do autor às acções de intervenção correctora e reformista do Estado no plano económico e social, são avaliados por Miriam Halpern Pereira de uma forma que lhe permite reencontrar as suas próprias convicções acerca do modo como a abertura da economia portuguesa ao exterior condicionou o seu processo de desenvolvimento. Tal é, afinal, o núcleo central das preocupações e preferências reveladas numa das obras mais ricas e mais marcantes da historiografia portuguesa.

Uma nota final de reparo ao deficiente trabalho de organização e preparação editorial. A ausência de índices onomástico e temático e alguma imprecisão nas formas de referência bibliográfica tornam pouco amigável a utilização de um livro que, pelos temas que discute e pelas interpretações que avança, também constitui um ponto de partida, um instrumento auxiliar para a investigação alheia e futura.